Edição Nº 028/2021

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 12 a 16 de julho, em Brasília.

RECESSO PARLAMENTAR & NOVAS TENSÕES ENTRE OS PODERES

A poucos dias do recesso, o Parlamento se vê em meio a novas disputas políticas. Com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) marcada para esta quinta (15), o Congresso se prepara para o recesso legislativo, em um ambiente conflituoso e de aumento das tensões políticas.

Com a popularidade em queda, o Presidente da República opta pela retomada de um discurso inflamado. As acusações vindas da CPI da Pandemia, o crescimento da avaliação negativa do Governo e a possibilidade de estagnação do voto impresso têm levado Bolsonaro a reforçar seu discurso mais contundente, com potencial de gerar novo estresse na relação entre os Poderes – *na última semana, suas declarações sobre as eleições de 2022 foram respondidas pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), e rebatidas por ministros do STF, que chegaram a levantar a hipótese de crime de responsabilidade.*

Nesse contexto, a exasperação das divergências pode afetar discussões relevantes. Enquanto o cenário político é tomado por disputas de cunho ideológico e eleitoral, o Governo pode ver diminuir sua capacidade de articulação de matérias importantes, como a Reforma Tributária – *cenário semelhante ocorreu na Reforma da Previdência (2019), quando o debate foi orientado principalmente pelo Parlamento, uma vez que o Executivo ainda não tinha sido capaz de consolidar uma base de apoio consistente.*

Em outra perspectiva, o Governo ainda conta com aliados importantes. Apesar da exposição negativa e do desgaste de sua imagem junto à população, o Planalto, até o momento, não enxerga o risco de um eventual processo de impeachment, sobretudo porque o presidente da Câmara e responsável por sua deflagração, Arthur Lira (PP/AL), tem reiterado sua posição contrária à abertura do processo – *o que não é garantia de estabilidade permanente, mas tem contribuído para a manutenção da governabilidade, ainda que mediante um equilíbrio instável.*

Destaques da Semana

Terça

- O Plenário do **Senado Federal** se dedicará à votação de projetos que alteram a legislação eleitoral.
- A **CPI da Pandemia** ouve Emanuela Batista de Souza Medrades, diretora técnica da Precisa Medicamentos

Quinta

- O Plenário do **Congresso Nacional** pode votar o PLN 3/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.
- A **CPI da Pandemia** volta a ouvir Marcelo Blanco, ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde.

Poder Executivo

Presidência da República	**Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro** participou, nesta segunda (12), de reuniões com os ministros Anderson Torres (Justiça) e Tereza Cristina (Agricultura). Ademais, reuniu-se com o advogado André Mendonça (AGU). **Agenda do Vice-Presidente - Hamilton Mourão** participou, nesta segunda (12), da sagração de novos membros da academia William Shakespeare em São Paulo. Ademais, visitou o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro (CPB).
Casa Civil	**Agenda do Ministro - Luiz Eduardo Ramos** reuniu-se, nesta segunda (12), com o deputado federal Filipe Barros (PSL/PR).
ME Ministério da Economia	**Agenda do ministro - Paulo Guedes** participou, nesta segunda (12), de reuniões com o secretário José Tostes (Receita Federal) e com o assessor especial Waldery Rodrigues. Ademais, participou de reuniões com os ministros Carlos França (Relações Exteriores) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).
BACEN Banco Central do Brasil	**Agenda do presidente - Roberto Campos Neto** reuniu-se, nesta segunda (12), com o deputado Celso Sabino (PSDB/PA), por videoconferência. **Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial a projeção para este ano passou de US$ 68,41 bilhões para US$ 68,70 bilhões de resultado positivo. **Boletim Focus** – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 6,07% para 6,11%. Foi a 14ª alta seguida. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro subiram a estimativa para o crescimento de 5,18% para 5,26%. Foi a 12ª alta seguida do indicador. Para a Selic a expectativa subiu de 6,50% para 6,63% a previsão para a taxa Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 aumentou de R$ 5,04 para R$ 5,05.
BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento	**Agenda do presidente - Gustavo Montezano** participou, nesta segunda (12), do evento virtual de lançamento do "Resgatando a História", programa de preservação de patrimônio histórico.
MCom Ministério das Comunicações	**Agenda do ministro - Fábio Faria** realizou, nesta segunda (12), visita ao museu Trampolim da Vitória em Parnamirim/RN. Ademais, reuniu-se com o secretário especial André de Sousa Costa (MCOM).

Poder Legislativo

Congresso Nacional	O Plenário do **Congresso Nacional** pode votar nesta quinta o PLN 3/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.

Câmara dos Deputados Plenário	O Plenário da **Câmara dos Deputados** pode votar, entre outros itens, o PLP 16/2021, que altera a tributação incidente sobre combustíveis; e o REQ 1200/2020, que requer urgência para o PL 2633/2020, que trata da regularização fundiária.
Senado Federal Plenário	O Plenário do **Senado Federal** se dedicará à votação de projetos que alteram a legislação eleitoral, especialmente o PL 1086/2021, que modifica o percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas aos cargos proporcionais em todas as esferas eleitorais; e o PL 1951/2021, que prevê o preenchimento mínimo de 15% das cadeiras às mulheres nas eleições proporcionais.

Comissões

TECNOLOGIA	Câmara | CCTCI | Segunda (12) | 10h00
Relatório Luz 2021	**Audiência Pública** – A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática apresentar o Relatório Luz 2021 e o grau de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, além de ampliar o conhecimento do público participante sobre os ODS e estimular seu envolvimento na implementação, no acompanhamento e na avaliação dos processos, desafios e avanços da resolução Agenda 2030.
MEIO AMBIENTE	Câmara | CMADS | Sexta (16) | 09h00
COP26	**Audiência Pública** – A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove audiência pública para discutir com o Governo Federal e as organizações, os projetos e propostas que o Brasil levará à Conferência do Clima em Glasgow – a COP26, com a presença dos ministros Tereza Cristina (Agricultura) e Joaquim Leite (Meio Ambiente).
ECONOMIA	Câmara | CDEICS | Quarta (14) | 16h00
Comércio Exterior	**Audiência Pública** – A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços promove audiência pública para debater medidas de liberalização no comércio exterior e reduções unilaterais no Imposto de Importação, com a presença do ministro Paulo Guedes (Economia).
CPI PANDEMIA	Senado | CPIPANDEMIA | Terça, Quarta e Quinta | 09h
Covid-19	**Oitivas** – A CPI se reúne para ouvir os depoimentos de Emanuela Batista de Souza Medrades, diretora técnica da Precisa Medicamentos; Amilton Gomes de Paula, reverendo que negociou a compra de vacinas (apresentou atestado

médico e deve ter sua participação adiada); e de Marcelo Blanco, ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde.

Política

PF vai investigar se Bolsonaro prevaricou em caso Covaxin. A Polícia Federal (PF) instaurou inquérito para apurar a suspeita de crime de prevaricação do presidente Jair Bolsonaro durante as negociações para a aquisição da vacina indiana Covaxin. A informação foi divulgada na manhã da segunda-feira (12) pela coluna Painel, do jornal Folha de S. Paulo, e confirmada pelo Congresso em Foco. A prevaricação é um tipo criminal no qual alguma autoridade ou agente público deixa de agir ou atrasa alguma ação para satisfazer interesses pessoais. A abertura de inquérito contra o presidente tem origem na denúncia do deputado federal Luis Miranda (DEM-DF). Fonte: Congresso em Foco

Foco da CPI continua sobre irregularidades nas compras de vacinas. Nessa semana a CPI da Covid deve continuar a linha de investigação acerca de irregularidades nas negociações das compras de vacinas pelo Ministério da Saúde. Na terça-feira (13) presta depoimento ao colegiado, Manuela Medrades, representante da empresa Precisa Medicamentos. Os senadores pretendem questionar a executiva sobre a relação da empresa com a pasta. Na quarta-feira (14), está convocado o reverendo Amilton de Paula. No requerimento que solicita a presença do religioso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirma que o diretor de Imunização do Ministério da Saúde, Lauricio Monteiro Cruz, deu autorização para Amilton negociar 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca em nome do governo brasileiro. Fonte: Congresso em Foco

“A institucionalidade do Brasil não será posta em risco”, afirma Arthur Lira. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), reafirmou que a institucionalidade do Brasil não será posta em risco e destacou que o Parlamento não tem compromisso com nenhuma ruptura no sistema democrático. Lira concedeu uma entrevista à rede CNN no sábado (10). Mais cedo, o presidente já havia se manifestado por meio de suas redes sociais destacando que as instituições brasileiras são fortalezas que não se abalarão com declarações públicas e oportunismo. Na quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o País pode não ter eleições no ano que vem. "As eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições", disse ele. O presidente é defensor do voto impresso, que está em debate no Congresso e enfrenta resistências em diversos setores, inclusive na Justiça Eleitoral. Fonte: Agência Câmara

Pacheco diz que eleições de 2022 são 'inegociáveis' e defende prerrogativas dos senadores. O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, afirmou na sexta-feira (9) que a realização das eleições em 2022 é “inegociável”, e que o pleito “não decorre da vontade” das autoridades políticas, mas da Constituição federal. Pacheco também disse que a decisão do Congresso Nacional a respeito da adoção do voto impresso terá que ser respeitada por todos os Poderes. “Nós não admitiremos especulações em relação à frustração das eleições de 2022. É algo que o Congresso repudia, evidentemente. Isso não decorre da vontade do presidente do Senado, ou da Câmara, da República, ou do Tribunal Superior Eleitoral. Isso advém da Constituição, à qual devemos obediência. Ela impõe eleições periódicas, o sufrágio universal e o voto direto e secreto como a expressão mais pura da soberania popular. É o povo que manda no Brasil, e manda sobretudo através das eleições em que possa escolher seus representantes. As eleições são uma realidade da democracia brasileira. São inegociáveis. Fonte: Agência Senado

Planalto já reconhece desgaste profundo com percepção da população sobre corrupção no governo Bolsonaro. Até mesmo auxiliares do Palácio do Planalto já reconhecem um profundo desgaste com a percepção da população sobre corrupção no governo Bolsonaro. Interlocutores do próprio presidente Jair Bolsonaro não escondem mais a preocupação com os efeitos na popularidade e até mesmo nas eleições de 2022, com os diversos casos de corrupção no governo. Fonte: G1 Notícias

Comissão de Orçamento aprova relatório preliminar da LDO, mas déficit preocupa parlamentares. A Comissão Mista de Orçamento aprovou na segunda-feira (12) o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (LDO - PLN 3/21), que determina as metas e prioridades para os gastos do governo

no ano que vem. Com isso, já podem ser apresentadas emendas ao texto da LDO. De acordo com o relatório do deputado Juscelino Filho (DEM-MA), cada deputado ou senador poderá apresentar até três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da LDO. Bancadas estaduais do Congresso e comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado também podem apresentar até três emendas cada. O prazo para apresentação de emendas vai até quarta-feira (14), ao meio-dia. Fonte: Agência Câmara

Economia

Após aprovação no G-20, tributo de 15% sobre multinacionais será prioridade para a União Europeia. As lideranças financeiras do Grupo das 20 principais economias globais, o G-20, aprovaram neste sábado, 10, o acordo para a atualizar as regras de tributação de empresas internacionais. Reunidos em Veneza, os membros do G-20 endossaram a reestruturação das taxas que foi negociada por 131 países na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Comissário Europeu para Economia, Paolo Gentiloni, disse que a taxação mínima global de 15% para as corporações multinacionais é a prioridade para a União Europeia a partir de agora. "Vamos avaliar tudo, mas o que decidimos hoje é a prioridade número 1", afirmou à imprensa após a reunião. A observação serve de resposta à pressão dos Estados Unidos para que a União Europeia abandone planos de uma taxação diferenciada no bloco. Fonte: O Estado de S. Paulo

Indicadores iniciais de junho antecipam mais um mês positivo para a atividade no país. Depois dos bons resultados da produção industrial e das vendas em maio, grande parte dos indicadores antecedentes sinaliza que o nível de atividade seguiu em terreno positivo em junho, refletindo a continuidade da reabertura. Segundo economistas, problemas de falta de insumos na indústria automotiva são um fator adverso no cenário, mas essa restrição não parece ter feito com que a atividade como um todo recuasse em junho. Como outros dados antecipam dinâmica favorável no período, as perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre foram mantidas, ainda que em ritmo bem mais modesto do que a alta de 1,2% registrada de janeiro a março. A expectativa é que a atividade ganhe mais tração no terceiro trimestre, ajudada não só pelo avanço da vacinação, mas também pelo ponto de partida mais elevado deixado por junho. Fonte: Valor Econômico

Risco Brasil chega aos 175 pontos, o maior patamar desde maio. Usado para medir a confiança na economia, o risco-país, ou CDS (Credit Default Swap) de 5 anos, registrou 175 pontos na sexta feira (9), o maior patamar desde 26 de maio de 2021. Há 1 ano, registrava 261. Quanto maior a pontuação, mais alta é a percepção de risco. Os investidores estão mais cautelosos com o cenário inflacionário no mundo e o noticiário político no Brasil. Na quinta-feira (9), o Ibovespa, principal índice da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), fechou em queda de 1,25%, aos 125.427 pontos. Na semana, recuou 1,72%. Fonte: Poder 360

Judiciário

STF concede liminar prorrogando o repasse de R$ 3,5 bi do Fust para conectar escolas públicas. O Supremo Tribunal Federal (STF) atendeu o pedido do governo e prorrogou os efeitos da Lei 14.172/202, que prevê o repasse de R$ 3,5 bilhões do Fust para estados e municípios garantirem acesso à Internet a professores e alunos da rede pública de ensino durante a pandemia. A ação direta de inconstitucionalidade, com o pedido de liminar, foi protocolada pela AGU no STF no último dia 5. Na decisão, Toffoli prorrogou por mais 25 dias o prazo previsto no 2º, §2º, da legislação. Dessa forma, os recursos que deveriam ser repassados para os entes da federação no dia 10 de julho (30 dias após a publicação da lei), agora ficarão disponíveis somente no dia 5 de agosto. Segundo a decisão do relator, ministro Dias Toffoli, a análise dos autos revela uma série de questões constitucionais complexas, que serão futuramente analisadas com mais profundidade pelo relator. Fonte: Teletime

Alexandre de Moraes pede informações sobre regra que obriga carregamento de canais. O ministro Alexandre de Moraes solicitou ao presidente Jair Bolsonaro e ao Congresso Nacional informações, para serem prestadas no prazo de 10 dias, sobre as alegações apresentadas pelo PDT na ação direta de

inconstitucionalidade (ADI) 6921 que questiona a constitucionalidade do dispositivo que obriga o carregamento de retransmissoras de TV por operadoras de TV paga. Esta obrigação veio de "contrabando" na Lei no 14.173/21 aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente em julho, e que se originou MP do Fistel (MP 1.018), que simplesmente desonerava os serviços de banda larga via satélite. Moraes alegou o rito previsto no art. 12 da Lei 9.868/1999 (Lei da ADI), que coloca a ADI para julgamento direto do plenário após a prestação de informações das autoridades. A Procuradoria-Geral da União (PGR) e AGU terão o prazo de cinco dias para se manifestar após o envio das informações prestadas pelo Congresso e pelo Presidente da República. Fonte: Teletime

Reforma Tributária

Relator da reforma do IR diz que deve apresentar relatório preliminar na terça-feira. Apesar da criação de um grupo de trabalho envolvendo empresários e técnicos da Economia para discutir reforma tributária, o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao Valor que mantém a intenção de apresentar na terça-feira um relatório preliminar já com diversos ajustes na proposta original do governo. Ele teve reunião hoje pela manhã com representantes do ministério da Economia, incluindo o ministro Paulo Guedes e o secretário da Receita, José Tostes, entre outros. Sabino destacou que já fez 29 reuniões com os mais diversos atores e tem mantido contato diário com os técnicos da equipe econômica, com o próprio Guedes e também permanentemente tem discutido o tema com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Fonte: Valor Econômico

Economia criará grupo com indústria para avaliar, em até três semanas, mudanças na reforma do IR. O ministro da Economia, Paulo Guedes, procurou na sexta-feira, 9, lideranças do grupo Coalizão da Indústria para debater o projeto de reformulação do Imposto de Renda. De acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, José Velloso, o ministro concordou com as cobranças dos industriais, que pediram um projeto mais enxuto e focado nas mudanças conceituais do modelo tributário. Guedes, segundo Velloso, pediu "pressa". A ideia é que a comissão construa uma proposta em até três semanas - que será então apresentada ao relator na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA). O grupo tratará apenas da parte da indústria, mas há discussões semelhantes e com o mesmo objetivo envolvendo setores como o comércio, serviços e agronegócio. Fonte: O Estado de S. Paulo

Reforma proposta pelo governo pode elevar tributação de empresas em até 135%. A proposta de reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso, se aprovada, pode aumentar a carga tributária de 44,29% a 71,5% para médias e grandes empresas que utilizam o regime tributário de lucro real e de 51,6% a quase 135% para empresas que utilizam o regime tributário de lucro presumido. O cálculo foi feito em um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), que mostra que as propostas não trazem neutralidade na carga tributária como vem pregando o ministro da Economia Paulo Guedes. O aumento de carga tributária, diz Amaral, se dá pela proposta de taxar em 20% sobre lucros e dividendos das empresas, mesmo com a contrapartida de reduzir de 25% para 20% o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ). Fonte: O Globo

Lira afirma que a carga tributária sobre a renda pode ser reduzida em R$ 50 bi. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o relator da reforma tributária, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), estuda reduzir em R$ 50 bilhões a carga tributária sobre a renda do capital produtivo e dos trabalhadores. Sabino é o relator do projeto de lei que trata das alterações de cobrança no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas e da tributação de lucros e dividendos (PL 2337/21). Outro projeto, cujo relator é o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), cria a CBS, com alíquota de 12%, em substituição ao Programa de Integração Social-PIS e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-Cofins. “A Câmara dos Deputados entregará uma reforma estruturante do Imposto de Renda, que promoverá uma grande geração de emprego e renda nos próximos anos. Faremos justiça fiscal e simplificação do sistema tributário”, afirmou Lira por meio de suas redes sociais. Fonte: Agência Câmara

Reforma tributária não trará aumento de imposto, diz Guedes. A proposta de reformulação do Imposto de Renda, em tramitação na Câmara dos Deputados, não vai aumentar a carga tributária, disse na sexta-feira (9) o ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro admitiu a possibilidade de ajustes no texto, mas disse que

o texto está “na direção correta” e reiterou a defesa da tributação de dividendos (parcela do lucro das empresas distribuída aos sócios e acionistas). Vai sair bem feita ou não vai sair. Não vai ter esse negócio de aumentar imposto”, declarou Guedes em videoconferência promovida pela Fundação Getulio Vargas (FGV). O evento homenageou o economista e ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni, que morreu de covid-19 em junho. Fonte: Agência Brasil

Covid-19

Brasil recebe mais quatro milhões de doses vacinas Covid-19. O Brasil recebeu, no último dia 9, quatro milhões de doses da vacina Covid-19 AstraZeneca/Fiocruz. O imunizante será disponibilizado ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e distribuídas aos estados e Distrito Federal nos próximos dias. Para facilitar a distribuição, 212 mil doses da remessa ficarão no Rio de Janeiro, onde está localizado o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), que produz as vacinas. As outras seguem para o Centro de Distribuição do Ministério da Saúde, em Guarulhos (SP). Fonte: ASCOM Casa Civil

Busca de empresas e associações por vacinas privadas contra Covid no Brasil perde força. A aplicação de vacinas contra a Covid-19 pelo setor privado perdeu força no Brasil, pelo menos por ora. O principal obstáculo para as empresas e associações que vislumbravam a ideia foi o posicionamento das farmacêuticas produtoras de só fornecer os imunizantes a governos. Também houve críticas às concessões previstas em lei. A lei 14.125, de 10 de março deste ano, regulou a compra de vacinas pelo setor privado e diz que pessoas jurídicas podem comprar os imunizantes com autorização temporária para uso emergencial "desde que sejam integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de serem utilizadas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI)". Fonte: Folha de S. Paulo

Último Foco

EUA querem Huawei fora de 5G comercial e colocam em xeque rede privativa de Faria. O governo dos Estados Unidos afirmou a autoridades brasileiras que a mera construção de uma rede privativa de comunicações —como defende o ministro Fábio Faria (Comunicações)— não é suficiente para solucionar os riscos da participação da Huawei no futuro mercado 5G do Brasil. Dessa forma, os americanos renovaram a ofensiva para tentar barrar empresas chinesas do fornecimento de equipamentos na tecnologia que é considerada a nova fronteira das telecomunicações. Fonte: Folha de S. Paulo

Banco Central quer evolução do Pix numa versão virtual da moeda brasileira. Uma geladeira inteligente, que consegue identificar que um produto está acabando, poderia, de forma autônoma, comprar este item on-line e pagar virtualmente. No supermercado, tudo o que um cliente colocar no carrinho seria cobrado instantaneamente, sem que fosse necessário passar em um caixa. Comprar um sorvete no meio de um passeio em Berlim, com preço em euros, poderia ser feito com reais, como aconteceria no Rio. Essas são algumas experiências que prometem virar realidade num futuro próximo com o desenvolvimento do real digital, uma versão virtual da moeda brasileira que o Banco Central desenvolve desde o segundo semestre do ano passado. Fonte: O Globo

Entidades civis se manifestam contra Decreto que altera o Marco Civil da internet. Entidades civis representativas que atuam na área de direito à criança e ao adolescente e em direitos na internet se manifestaram contra a minuta de decreto presidencial que altera o Marco Civil da Internet. Segundo as organizações, a proposta reverte os avanços alcançados na última década para tornar a internet mais segura para crianças e adolescentes. Algumas das instituições que assinaram a nota são SaferNet Brasil, Instituto Alana, InternetLab e Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio). Proposto no dia 13 de maio, o decreto estabelece que os provedores de acesso à internet e de aplicações não poderão limitar o alcance ou deletar conteúdos ou contas sem ordem judicial. A medida tem causado polêmica também por ser vista como uma blindagem aos seguidores de Jair Bolsonaro. A regra não abrange bots, que não precisaram de mandatos

judiciais para serem excluídos. Conteúdos de nudez ou de atos sexuais, apologia às drogas e incitação de violência também não precisam de mandados. Fonte: Tele Síntese

Governo federal publica normativo sobre a dispensa eletrônica de licitações. Foi publicada na sexta-feira (9/7) a Instrução Normativa nº 67/2021, que regulamenta a dispensa eletrônica de licitação e o Sistema de Dispensa Eletrônica, já atendendo ao estabelecido na Lei nº 14.133/2021 – a Nova Lei de Licitações. A partir do dia 9 de agosto entram em vigor as regras para tornar este processo mais moderno e adequado às necessidades governamentais e dos fornecedores. O normativo foi construído por meio de consulta pública, com a participação de servidores públicos, usuários do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet 4.0), pesquisadores e empresários. "Precisamos fazer o Estado ser mais permeável às empresas, facilitando a participação dos interessados. Com a dispensa eletrônica, a competitividade é ampliada e o processo de compras é modernizado, gerando melhor atendimento à população", diz o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (ME), Caio Mario Paes de Andrade. Fonte: ASCOM ME

FIEE ABINEE TEC 2021. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) promove dos dias 19 a 23 de julho a 31ª edição da FIEE, o maior e mais completo evento do setor elétrico e eletrônico, de geração de energia à conectividade industrial. No dia 19, o evento promoverá o painel Indústria: Inovação para Transformação Digital, dentre os convidados estão Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Fábio Faria, Ministro das Comunicações e Rogério Marinho, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional. No dia 20, será discutido a Eletromobilidade: O Futuro dos Veículos, com representantes do setor privado. No dia 21, o painel Conectividade para Negócios: Cibersegurança será debatido pelo setor público com secretário de Telecomunicações Substituto do Ministério das Comunicações, José Afonso Cosmo Júnior, e o diretor da ANPD, Arthur Pereira Sabbat, assim como pelo privado, com representantes da Intel, Qualcomm e Microsoft. No dia 22, o painel Transformação Digital para Cidades Sustentáveis trará convidados do MCTI, Eliana Emediato, coordenadora-geral de transformação digital, do Estado de São Paulo, Patricia Ellen, Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, assim como diretoras representantes da Dell, SIEMENS e IBM. No último dia, 23, o fórum Sustentabilidade como Fator de Competitividade será debatido por especialistas da Organização das Nações Unidas, Confederação Nacional da Indústria e SIEMENS. As inscrições podem ser feitas pelo link, para saber mais sobre os painéis acesse. Fonte: TEC ABINEE

LGPD: DPOs se ressentem do pouco comprometimento das empresas. A menos de um mês para o sinal verde à aplicação de penalidades previstas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, as empresas brasileiras enfrentam muitos obstáculos para evitar o descumprimento da Lei e escapar de multas que podem pesar nos balanços. O principal entrave ao trabalho dos encarregados de dados, também conhecidos como DPO, é a falta de conscientização da empresa e de seus colaboradores sobre a relevância das ações para manter a privacidade e a proteção de dados pessoais. Outro fator que joga contra a atuação do DPO é o baixo índice de engajamento das áreas que suportam atividades relacionadas aos processos de privacidade e proteção de dados. A batalha diária para proteger dados pessoais também esbarra em problemas como equipes e orçamentos reduzidos e até a ausência de um profissional para desempenhar a função de encarregado de dados, o que é considerada infração pela LGPD. Fonte: ABRANET

ANPD publica regras de elaboração de atos normativos e agenda regulatória. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou na sexta-feira, 9, a Portaria nº 16, de 08 de julho de 2021, que dispõe sobre o processo de regulamentação no âmbito da autoridade. Dentre outros pontos, a Portaria estabelece procedimentos para a elaboração da agenda regulatória e de atos normativos editados pela ANPD, incluindo regras aplicáveis à realização de consultas à sociedade, à elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e à Avaliação do Resultado Regulatório (ARR). A portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2021. De acordo com a Diretora Miriam Wimmer, relatora do processo, "a edição da portaria é positiva, uma vez que estabelece regras uniformes e transparentes a serem observadas pelas unidades da ANPD, conferindo celeridade e previsibilidade aos processos internos de elaboração e revisão de atos normativos". Fonte: Teletime

CPI da Covid terá núcleo de investigação de fake news. Um delegado e dois agentes da Polícia Federal que vinham auxiliando a CPMI das Fake News deverão passar a integrar a partir da próxima semana o núcleo de assessoramento da CPI da Covid. Requerimento nesse sentido está na pauta para ser votado pela

comissão. Uma sala na qual eles trabalharão já foi reservada. No trabalho que já faziam na CPMI das Fake News, os policiais já vinham trabalhando na identificação da autoria e proliferação de notícias falsas relacionadas à pandemia da covid-19. Agora, se dedicarão totalmente a isso. De acordo com integrantes da CPI, essa será, então, a terceira grande linha de investigação da CPI. Fonte: Congresso em Foco

Brasil aderiu menos a home office em relação a outros na AL. O Brasil foi um dos países com o menor percentual de trabalhadores remotos da América Latina no auge da pandemia e permanece bem abaixo de vizinhos como Argentina, Chile, Peru e Uruguai, de acordo com informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em relatório lançado na semana passada, a OIT diz que 23 milhões de pessoas trabalharam remotamente na região no segundo semestre do ano passado. Embora venha em queda desde então e ao longo de 2021, ante seguidas ondas de flexibilização das medidas de isolamento social, o percentual de pessoas assalariadas que trabalhavam de suas casas, ou seja, que tinham vínculo empregatício, saltou de uma média de 3% para algo entre 20% e 30% nos países latino-americanos. O Brasil, assinala a OIT, é exceção. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19, realizada pelo IBGE, mostram que, entre os assalariados brasileiros, o pico de teletrabalho foi de apenas 16%, o que aconteceu entre abril e junho do ano passado. Fonte: Valor Econômico

MEC amplia debate com as redes de ensino para orientação sobre o Itinerário da Formação Técnica. Com o objetivo de ampliar o diálogo com as redes de ensino estaduais, federal e distrital sobre a implementação do Itinerário da Formação Técnica e Profissional, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação iniciou uma série de webinários do evento Diálogo Tech. A iniciativa também tem o intuito de apresentar as ações desenvolvidas pelo MEC, que podem auxiliar na organização da oferta do itinerário de formação técnica do ensino médio, e será realizada no formato de 12 encontros propostos até dezembro de 2021, com discussões sobre temas distintos. Os eventos ainda proporcionam a ampliação do espaço para o debate com as redes ofertantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) complementando o cenário da implementação do Novo Ensino Médio (NEM), prevista para 2022. “O diálogo no contexto educacional é indispensável na busca de soluções possíveis para os grandes desafios. Temos muitos desafios no momento, principalmente, neste contexto de pandemia que modificou profundamente a dinâmica educacional e exige que conheçamos os detalhes dos impactos na educação”, analisou a diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica, Marilza Regattieri. Fonte: ASCOM MEC

Empresários e pesquisadores de IA recomendam cautela na regulamentação da tecnologia. Os pesquisadores e entidades do setor de inteligência artificial pediram cautela nos esforços do Congresso Nacional em regulamentar o setor. Atualmente, há quatro projetos de lei sobre o tema em tramitação na Câmara dos Deputados e outros três no Senado. Apontadas como "marco legal da inteligência artificial", as propostas dos deputados (PL 21/20 e apensados) já tramitam em regime de urgência e, portanto, estão prontas para votação no Plenário. A principal delas é de autoria do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) e traz princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para o setor. A audiência da quinta-feira foi promovida de forma virtual pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. Durante o debate, a crítica mais enfática aos textos partiu do diretor da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo), Rafael Sebben. A entidade reúne cerca 100 mil pequenos e médios empresários da economia digital. Fonte: TI Inside

União Europeia suspende projeto de imposto digital sob pressão de Washington. Pressionada por Washington, Bruxelas anunciou na segunda-feira (12) o congelamento de seu projeto de imposto digital durante as negociações sobre uma reforma da tributação das multinacionais, que acontecem no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e devem terminar em outubro. "O sucesso deste processo exigirá um impulso final de todas as partes, e a Comissão está empenhada em se concentrar neste esforço. É por isso que decidimos colocar em pausa nosso trabalho sobre uma proposta de imposto digital", declarou um porta-voz da Comissão Europeia. Fonte: Folha de S. Paulo

Reconhecimento facial chega a 20 Estados do país. Vinte Estados das cinco regiões do Brasil utilizam ou estão implementando a tecnologia de reconhecimento facial na segurança pública local. Outros três estudam sua implementação e apenas quatro Estados não utilizam, não tiveram contato com o sistema ou planejam utilizá-lo. Os dados foram levantados pela reportagem por meio das secretarias estaduais de Segurança e das

polícias Civil e Militar. A tecnologia também será usada pela Polícia Federal. O órgão anunciou um sistema que irá coletar, armazenar e cruzar dados pessoais de 50,2 milhões de brasileiros. Para isso, o programa utilizará registros do reconhecimento facial e impressão digital, além de unificar dados das secretarias de Segurança estaduais. Fonte: Valor Econômico

Inaugurada a primeira e maior fábrica de produção de grafeno da América do Sul. O presidente da República, Jair Bolsonaro, o ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, participaram nesta sexta-feira (9) da inauguração da primeira e maior fábrica de produção de grafeno em escala industrial da América do Sul. A capacidade é de produzir até cinco mil quilos de alta qualidade por ano. O Grafeno é um material reconhecido mundialmente por suas incríveis propriedades físicas, como alta resistência mecânica, leveza, maleabilidade e alta condutividade térmica e elétrica. O Brasil é o terceiro maior fornecedor mundial do mineral grafita e possui a segunda maior reserva mundial desse material que é a principal matéria prima para o Grafeno. Estima-se que esse mercado movimentará, em 5 anos, mais 3 bilhões de dólares. Fonte: ASCOM Casa Civil